

'O que está escrito é perfeito'

O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, almirante José Maria do Amaral, disse ontem em São José dos Campos que não concorda com a posição da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais sobre o papel das Forças Armadas. "O que está escrito na atual Constituição, e vem sendo escrito desde a época do Império, está perfeito e não deveria ser alterado", defendeu. Também o chefe do Comando Militar Sul (antigo III Exército), general Paulo Campos Paiva, manifestou-se em Porto Alegre contra o texto aprovado pela comissão, que não atribui aos militares a segurança interna.

"É preciso que a Constituição reflita o que a sociedade deseja", acrescentou o almirante Amaral, admitindo que certas atribuições não precisam estar especificadas na Constituição. Lembrou que isso ocorre nos Estados Unidos. "Eles são uma grande democracia, mas se houver um problema de segurança interna e o governo achar que deve chamar as Forças Armadas, chama", ressaltou. "Na França também é assim."

Para o chefe do EMFA, entretanto, o País está em fase de debater idéias que vão aparecer futuramente na Constituição. "Portanto, é preciso que todos discutam para se chegar a um consenso", disse ele, incluindo nesse caso as propostas da comissão dirigida por Arinos. Ainda segundo o almirante, "os militares desejam uma Constituição que reflita o Brasil do futuro e não o do passado, e tampouco o de hoje, o Brasil daqui a duas décadas".

Na conversa com os jornalistas ele também respondeu a pergunta sobre a possibilidade de construção de armas nucleares. "Nós não desejamos ter a bomba atômica — ressaltou —, mas também não queremos ser privados de ter o conhecimento da energia nuclear." A seu ver, o País precisa "acompanhar a fronteira do desenvolvimento tecnológico, em todas as áreas".

Deixou claro que é uma decisão política ainda não tomada pelo governo. "Eu acho que o conhecimento do processo nuclear é algo a que o Brasil tem direito", afirmou por fim. "Isso porque suas aplicações em diversas áreas não pode nos causar situações de dependência. Esse processo, em um determinado momento, pode ter aplicação apenas civil, mas pode também ter uma aplicação militar."

Já o general Paiva, do Comando Militar do Sul, assinalando falar em seu nome pessoal, estranhou que a comissão de Arinos tenha proposto que a garantia da ordem interna seja atribuição das polícias civis. "Quando as polícias civis não puderem assegurar a ordem interna, quem o faria? É óbvio que as Forças Armadas", frisou, comentando que, mesmo com a alteração sugerida, "tudo ficaria como está".